



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI
Secretaria de Proteção Social e do Trabalho



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 2024.09.04.01/DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.08.30.02/CD

PREÂMBULO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI/CE, inscrita no CNPJ Nº 07.655.269/0001-55, com sede à Av. Senhor Martins, s/nº, Bela Vista, Mauriti/CE, por intermédio da SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO, unidade administrativa demandante do presente processo, ao qual será conduzido pelo Agente de Contratação, Sr. José Willian Cruz Figueirêdo, nomeador pela Portaria nº963/2023/GP, torna público que realizará Contratação Direta por Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos artigo 75, inciso I da Lei 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 80/2023 e as exigências estabelecidas neste Aviso, Termo de Referência e seus anexos, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a manifestação de eventuais interessados em participar do presente processo em busca da administração obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

| | |
|--|---|
| DATA DO AVISO DE DISPENSA: | 04/09/2024 |
| DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: | 09/09/2024, até as 23:59h. |
| FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA: | As propostas deverão ser encaminhadas para o email ccdemaauriti@mauriti.ce.gov.br , de acordo com o art. 88, parágrafo único do Decreto nº 80/2023, de 17 de outubro de 2023. |

Por tratar-se de licitação com base na condição prevista no art. 75, I da Lei 14.133/21 o meio para publicidade desse instrumento será o sítio eletrônico oficial do município, disponível em: <https://mauriti.ce.gov.br/licitacoes/>, conforme previsto no § 2º do art. 86 do Decreto Municipal nº 80/2023.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Aviso de Contratação Direta a Contratação de Empresa para **Recuperação do Prédio do CREAS, localizado na Rua Capitão Miguel Dantas, na sede do município de Mauriti/CE**, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

1.2 Compõem este Aviso de Contratação Direta, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 1.2.2. Anexo II – Minuta da Proposta.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

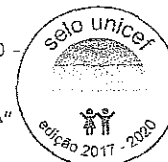
2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de proposta de preços e documentos de habilitação que deverão ser enviados pelo email ccdemaauriti@mauriti.ce.gov.br.

2.2. O presente aviso está disponível no site da Prefeitura Municipal de Mauriti, na aba Transparência, em seguida nos botões: “Licitações” -> “Contratação Direta – Lei nº 14.133/2021”.



Rua José Leite da Costa, 619 - Bairro Serrinha - CEP: 63.210-000 -
Mauriti - Ceará, CNPJ: 13.637.826/0001-08

“O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA”
www.mauriti.ce.gov.br





2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

- 2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.3.3. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2.3.4. As Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
- c) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas;
- d) Inidôneos - Licitantes Inidôneos junto ao TCU.

2.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.4.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.4.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

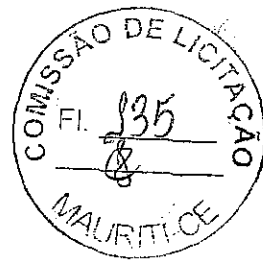
2.4.4. Sociedades Cooperativas.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria de Proteção Social e do Trabalho, para exercício de 2024:



Handwritten signature or mark.



| Unidade Gestora | Dotação Orçamentária | Elemento de Despesa | Fonte de Recursos |
|---|--|------------------------------------|--|
| Secretaria de Proteção Social e do Trabalho | 1202.0824400482,083 - Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial | 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações | 1500000000 - Recursos não Vinculados de Impostos |

4. DO VALOR ESTIMADO:

4.1. O valor global estimado para contratação será de **R\$ 107.176,63** (Cento e Sete Mil, Cento e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Três Centavos), conforme orçado pela administração.

5. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

5.1. O presente aviso ficará **ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site. As propostas de preços e os respectivos documentos deverão ser encaminhadas pelo email: ccdemaauriti@mauriti.ce.gov.br.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1. Apresentada em original, por cópia simples ou sendo aceita a autenticação digital.

6.2. A proponente deverá apresentar documentos de habilitação junto a sua proposta de preços, na forma prevista no Anexo I - Termo de Referência.

7. PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

7.2. Assinatura do Representante Legal e do Responsável Técnico devidamente indicado na fase de habilitação, que detenha Acervo Técnico;

7.3. Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

7.4. Preço total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismos bem como o valor global da proposta por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no objeto deste aviso;

7.5. Prazo de garantia das obras será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua entrega definitiva, nos termos do disposto no art. 618 do Código Civil.

7.6. Apresentar Planilha de Orçamento e cronograma físico-financeiro, contendo preços unitários e totais de todos os itens constantes do ANEXO II ao TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO, ORÇAMENTO BÁSICO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO);

7.7. Apresentar planilha de Preços Unitários, na elaboração da Composição de Preços Unitários, deverá conter todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes, BDI (conforme orientação do TCU), totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.

7.8. Na elaboração da Proposta de Preço, o licitante deverá observar as seguintes condições: Os preços unitários propostos para cada item constante da Planilha de Orçamento deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, custo horário de utilização de equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, seguros e lucro.





7.9. Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

7.10. Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

7.11. Declaração de que assume inteira responsabilidade pela execução dos serviços, objeto deste objeto, e que serão executados conforme exigência contratual, e que serão iniciados dentro do prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

7.12. Demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "**BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI**", inclusive com relação às parcelas que o compõe, anexo a proposta de preços.

7.13. Demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "**ENCARGOS SOCIAIS**", inclusive com relação às parcelas que o compõe, anexo a proposta de preços.

7.14. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:

7.14.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste aviso;

7.14.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

7.14.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico ou anexos;

7.14.3. Contiver oferta de vantagem não prevista neste aviso, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

7.15. Apresentar, na composição de seus preços:

7.15.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

7.15.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

7.15.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

7.15.4. Apresente preço global orçado ou quaisquer preços unitários que superem os preços de referência discriminados no orçamento.

7.16. Será igualmente desclassificada a proposta manifestamente inexequível.

7.16.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.16.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.16.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.16.4. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este aviso, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.16.5. Cronograma físico-financeiro, conforme orçamento;

7.16.6. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante no orçamento, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

7.16.7. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo





direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

7.16.8. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

7.16.9. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

7.16.10. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

7.16.11. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

7.16.12. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

7.16.13. Nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, será utilizada a taxa de BDI do orçamento base, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

7.16.14. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

7.16.15. Erros materiais no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, **quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado**, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

8. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada o prazo para recebimentos das propostas de preços (adicionais), será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a que apresentou o menor preço, quanto à adequação do objeto, à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, fixar prazo para que os fornecedores melhores classificados possam ajustar suas propostas, e quando não puder ser declarada desclassificada. Podendo o responsável pelo processo convocar o fornecedor que ofertou a melhor proposta na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço.

8.3. Em qualquer caso, concluída tal fase, o resultado será registrado no aviso de julgamento do procedimento da dispensa.

8.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta, conforme o caso, e se necessário, de documentos complementares.

8.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021. O responsável convocará através de e-mail para que as





empresas apresentem nova proposta para efeito de desempate no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência desta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, mediante solicitação do proponente e aceito pelo responsável pela contratação.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e deverão ser encaminhados juntamente com a proposta de preços na forma que dispõe o item 5 deste Aviso de Contratação Direta.

9.2. Quando não houver a apresentação de nenhuma proposta encaminhada na forma do item 5, a Agente de Contratação fará o julgamento dentre as propostas obtidas na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento e convocará a empresa que tiver ofertado a melhor oferta para que no prazo de 24 (vinte e quatro horas) encaminhe para o email: ccdemaauriti@mauriti.ce.gov.br, os documentos elencados no Termo de Referência, anexo deste Aviso de Contratação Direta.

9.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta. Podendo o responsável pela contratação fixar prazo para que os fornecedores interessados possam sanear a documentação necessária à sua habilitação.

10. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. A Contratada deverá utilizar na execução dos serviços, funcionários contratados ou terceirizados, bem como equipamentos de sua propriedade, sendo vedada a utilização de funcionários (servidores ou terceirizados da Prefeitura Municipal), e equipamentos de propriedade do Município.

10.2. A fatura relativa aos serviços prestados deverá ser apresentada à SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

10.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021;

10.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais.

10.5. Forma de Pagamento.

10.5.1. A Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos pagará à contratada, pelos serviços contratados e efetivamente executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas e demais documentos, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

11. DO PROCEDIMENTO FRACASSADO OU DESERTO

11.1. No caso de o procedimento restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:





- I - republicar o aviso de contratação direta;
 - II - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas;
 - III - fixar prazo para que os fornecedores interessados possam sanear a documentação necessária à sua habilitação;
 - IV - contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que ofertou a melhor proposta na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço.
- 11.2. O disposto nos incisos I e IV deste item poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

12. DA FINALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, o processo resultante do aviso de dispensa será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

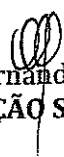
- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação do processo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - autorizar a contratação do objeto.

12.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

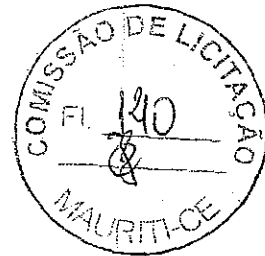
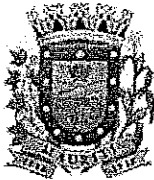
12.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, na forma prevista no art. 71, § 4º da lei 14.133/21.

Mauriti/CE, 04 de setembro de 2024.


Cláudia Fernanda Moreira
SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO





TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de Empresa para **Recuperação do Prédio do CREAS, localizado na Rua Capitão Miguel Dantas, na sede do município de Mauriti/CE**, conforme especificações descritas no Projeto Básico.
- 1.2. O prazo de **vigência** da contratação é de **02 (dois) meses**, contados da data de assinatura da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Apesar do Estudo Técnico Preliminar ser um documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, para o presente caso o ETP será dispensado, por tratar de hipótese prevista no § 3º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 combinado com o art. 45, inciso I do Decreto Municipal nº 80 de 17 de outubro de 2023, haja vista que em função do baixo valor envolvido para o objeto em questão e simplicidade de obrigações bem como trata-se de demandas mais simples, que envolve objeto de padronização pela Administração, de baixa complexidade/vulto, em que não se justifique esse estudo prévio, tais definições embora prevista no Projeto Básico também podem ser evidenciadas por meio deste Termo de Referência, a partir da necessidade existente, por descrever a solução e demais informações a respeito (quantitativos, aspectos qualitativos, valores etc.).
- 2.2. Art. 75, inc. I, da Lei nº 14.133/21 (obras e serviços de engenharia inferiores a R\$ 119.812,02);
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2024, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Faz-se necessário a contratação de empresa para execução dos serviços de recuperação do prédio do CREAS, tendo em vista que o prédio se encontra deteriorado, comprometendo a segurança e a eficiência dos serviços prestados. Além disso, a reforma visa garantir o bem-estar, a segurança e a melhoria no atendimento aos usuários da política de Proteção Social e do Trabalho.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. **Serviço de Engenharia:** toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do art. 6º da lei 14.133/21, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados. (art. 6º, XXI da Lei 14.133/21)..
- 4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 5.1 Forma de execução da contratação: **indireta, em regime de empreitada por preço global.**
- 5.2. A solução para a execução da recuperação do prédio do CREAS localizado na sede do município de Mauriti/CE, consiste na realização de um processo de dispensa de licitação em razão do valor, conforme estabelecido na Lei de Licitações nº 14.133/2021, para contratar a empresa que oferecer o menor preço com base nos valores estimados do Orçamento Básico. A empresa vencedora deverá apresentar um projeto detalhado, com cronograma de execução, equipe qualificada e materiais de qualidade para garantir a segurança e durabilidade da recuperação do prédio do CREAS. Além disso, é fundamental que sejam





seguidas todas as normas técnicas e ambientais vigentes, visando a preservação do meio ambiente e o bem-estar da comunidade local.

5.3. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico e neste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

6.2. Para a presente contratação foi elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

6.3. Requisitos técnicos da contratação:

6.3.1. Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;

6.3.2. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;

6.3.3. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

6.3.4. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

a. Empresa de engenharia para execução de serviços de reforma de edificação, conforme quantitativos previstos nos projetos;

6.3.5. Certidão de registro da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

6.3.6. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-Profissional;

6.3.7. Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

6.3.8. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

6.3.9. Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

6.4. Requisitos de sustentabilidade:

6.4.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

6.4.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

6.5. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

6.5.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

6.5.2. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;





6.5.3. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

6.5.4. Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

6.5.5. Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

6.5.6. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

6.6. Subcontratação

6.6.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

6.6.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

6.6.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.6.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

6.7. Garantia da contratação

6.7.1. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8. Vistoria

6.8.1. Não será exigido a realização da vistoria.

6.9. Da participação de consórcios

6.9.1. Nesta contratação será admitida a possibilidade de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

6.10. Da participação de empresas estrangeiras

6.10.1. A participação de Empresas Estrangeiras será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de distender a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à Contratante economia e obras de maior qualidade.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O Departamento de Obras do Município realizará a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no cronograma definido para a obra.

7.2. Os serviços serão entregues em cada etapa do cronograma físico-financeiro e poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, e deverão ser refeitos pela Contratada em prazo a ser definido para cada etapa correspondente, a contar da notificação da contratada, inclusive por qualquer meio eletrônico ou telemático, os quais serão gravados para fins de comprovação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Os serviços deverão ser iniciados no prazo definido nos termos da Ordem de Serviço, emitido após a formalização da contratação;

7.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os, materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e utensílios necessários, para atender todas as condições deste instrumento.



8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n  14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecu o total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisa o ou suspensão do contrato, o cronograma de execu o será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunica es entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O  rg o ou entidade poderá convocar representante da empresa para ado o de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresenta o do plano de fiscaliza o, que conter  informa es acerca das obriga es contratuais, dos mecanismos de fiscaliza o, das estratégias para execu o do objeto, do plano complementar de execu o da contratada, quando houver, do método de aferi o dos resultados e das san es aplicáveis, dentre outros.

8.6. Preposto

8.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da presta o dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em rela o   execu o do objeto contratado.

8.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execu o do objeto durante o período de execu o do objeto.

8.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indica o ou a manuten o do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7. Fiscaliza o

8.7.1. A execu o do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n  14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.8. Fiscaliza o Técnica

8.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execu o do contrato, para que sejam cumpridas todas as condi es estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administra o.

8.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas   execu o do contrato, com a descri o do que for necessário para a regulariza o das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n  14.133, de 2021, art. 117,  1 );

8.8.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notifica es para a corre o da execu o do contrato, determinando prazo para a corre o;

8.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situa o que demandar decisão ou ado o de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execu o do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas   tempestiva renova o ou   prorroga o contratual.

8.9. Fiscaliza o Administrativa

8.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificar  a manuten o das condi es de habilita o da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formaliza o de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.9.2. Caso ocorra descumprimento das obriga es contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na soluço do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.10. Gestor do Contrato

8.10.1. O gestor do contrato coordenar  a atualiza o do processo de acompanhamento e fiscaliza o do contrato contendo todos os registros formais da execu o no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das altera es e das prorroga es contratuais,





elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição, conforme previsto no contrato, devidamente atestada pela fiscalização contratual e com a assinatura dos respectivos responsáveis técnicos.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

9.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. Do recebimento

9.2.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.2.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.2.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.2.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

9.2.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.2.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

9.2.8. O fiscal, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.2.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do





desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.2.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.2.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

9.2.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.2.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.2.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **até 90 (noventa) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.2.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

9.2.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.2.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.2.16.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.2.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2.18. O recebimento definitivo da obra pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias

9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

9.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e





f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio apresentação de certidões negativas ou, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.5. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital ou aviso de dispensa; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou contratação direta, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de cumprimento de requisitos de habilitação.

9.4. Prazo de Pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV de correção monetária.

9.5. Forma de Pagamento

9.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.6. Antecipação de Pagamento

9.6.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

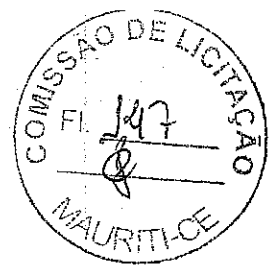
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, § 3º da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.





10.3. Critérios de aceitabilidade de preços

10.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

10.3.2. O licitante que tiver apresentado o menor preço deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico (e-mail), planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de equibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos na forma prevista no art. 72, inciso V da Lei nº14.133/21:

10.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

C) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

D) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

E) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

F) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

G) **Ato de autorização** para o exercício da atividade - Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

B) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

C) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

D) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

E) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

F) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





G) Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

H) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em conformidade com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021

10.4.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.2.3. Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

10.4.2.4. Para efeito do disposto no subitem acima, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito Qualificação Econômico-Financeira.

10.4.2.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nos termos deste edital.

10.4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

10.4.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante;

10.4.3.2. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

10.4.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.4.4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

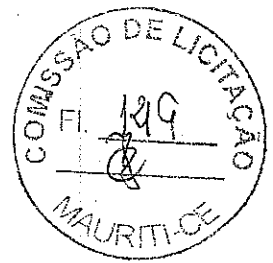
10.4.4.1.1. Prova de Registro da pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou outro conselho competente, em que conste responsável(eis) técnico(s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação, em plena validade; (art. 67, inc. V, Lei nº 14.133/21

a) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil e/ou no Estado do Ceará;

10.4.4.1.2. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 67, da Lei Nº 14.133/2021, apresentando, Equipe mínima:

a) 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista;





10.4.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.4.4.2.1. Apresentar profissional **Responsável Técnico** de nível superior na área de **engenharia civil ou arquitetura** ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de no mínimo **01 (um) atestado de capacidade técnica, com acervo aprovado pela Câmara Especializada do CREA da respectiva modalidade ou CAU**, conforme o caso, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com as do objeto ora licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância do objeto da licitação, na forma prevista no art. 67, § 1º, § 2º, Lei nº 14.133/21, não se admitindo atestado(s) de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnicas ou simples ART's não aprovadas pela câmara especializada competente.

10.4.4.2.2. A comprovação do vínculo do profissional de que trata o subitem anterior será feita da seguinte forma:

- A). Para sócio, mediante a apresentação do contrato social e aditivos;
- B). Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.
- C). Se o responsável técnico não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - devidamente assinada ou Contrato de Prestação de Serviço em vigor celebrado de acordo com a legislação civil.
- D). Declaração de compromisso de vinculação futura firmada por engenheiro civil ou arquiteto ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor do acervo técnico, informando que o mesmo assumirá a responsabilidade técnica dos serviços licitados, caso a licitante se sagre vencedora do certame.

10.4.4.2.3. Com base no artigo 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Prefeitura se reserva o direito de consultar o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), para comprovar o vínculo empregatício do(s) responsável (is) técnico(s) detentor (es) dos atestados com o licitante.

10.4.4.2.4. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.4.4.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.4.4.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.4.4.2.7. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação da qualificação técnica, todas as que se enquadrarem nessa condição serão inabilitadas.

10.4.4.2.8. No caso de comprovação da capacidade técnica da licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro acompanhado por tradução juramentada.

10.4.4.2.9. Os atestados de capacidade técnica da empresa licitante, deverá ser devidamente certificado pelo CREA, para comprovar que a mesma executou obra ou serviço de características semelhantes ao objeto ora licitado;

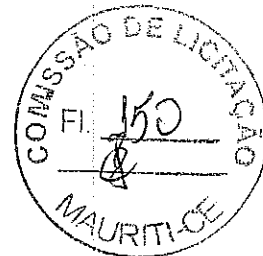
11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 107.176,63** (Cento e Sete Mil, Cento e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Três Centavos), conforme custos unitários apostos no Projeto Básico.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12. As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária nº 1202.0824400482,083 – Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial. Elemento de Despesas 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações. Fonte de Recursos 1500000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.





13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. **Mapeamento de Riscos:** O gerenciamento dos riscos da contratação será dispensado haja vista trata-se de obrigação prevista em caso de licitação, conforme art. 18 inciso X da Lei 14.133/21. Nesse caso será dispensado por trata-se de dispensa de licitação em razão do valor na forma prevista no art. 72, I da Lei 14.133/21.

13.2. **Do aviso de Dispensa de Licitação:** O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme art. 75, §3º, da lei n. 14.133/21, onde as contratações de que trata os incisos I e II do caput do artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

13.3. São anexos deste Termo de Referência:

- a) ANEXO I: Minuta do Contrato;
- b) ANEXO II: Orçamento.

Mauriti (CE), 02 de agosto de 2024.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Nayara Henrique Cavalcade
Nayara Henrique Cavalcade

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Wagner Fernandes de Caldas
Wagner Fernandes de Caldas

MEMBRO DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Responsável Técnico:

Patrick Kalley Bandeira Ferreira de Albuquerque
Patrick Kalley Bandeira Ferreira de Albuquerque
ENGENHEIRO CIVIL CREA nº 2117133002

Aprovado por:

Cláudia Fernanda Moreira
Cláudia Fernanda Moreira
SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO



ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N  _____/SPST

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE _____, COM A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O MUNICÍPIO DE MAURITI, inscrito no CNPJ N  07.655.269/0001-55, com sede   Av. Senhor Martins, S/N, Bela Vista, Mauriti-CE, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária de Prote o Social e Trabalho, Sra. Cl dia Fernanda Moreira, e, do outro lado, a empresa, _____, com endereço   Rua _____, inscrita no CNPJ sob o n  _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada por o Sr. _____, portador do CPF n  322.484.073-00, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procura o apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO N  _____, e em observância às disposi es da Lei n  14.133, de 2021 e do Decreto Municipal n  80/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licita o n  2024.05.02.01-CD, mediante as cláusulas e condi es a seguir enunciadas.

CL SULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento   a contrata o de para a _____, junto ao Município de Mauriti/CE, nas condi es estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básica.
- 1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contrata o, independentemente de transcri o:
 - 1.2.1. O Termo de Referência que embasou a contrata o;
 - 1.2.2. O Edital de Licita o e a Autoriza o de Contrata o Direta;
 - 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CL SULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGA O

- 2.1. O prazo de vigência da contrata o   de ____ (____) meses, contados da assinatura deste termo, cabendo prorroga o, na forma dos artigos 105 e 111 da Lei n  14.133, de 2021.
- 2.2. A prorroga o de que trata este item   condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condi es e os preços permanecem vantajosos para a Administra o, permitida a negocia o com o contratado.

CL SULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUCAO E GESTAO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execu o contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condi es de conclusão, entrega, observa o e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CL SULA QUARTA - SUBCONTRATA O

- 4.1. Não será admitida a subcontrata o do objeto contratual.

CL SULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. PREÇO

- 5.1.1. O valor total da contrata o   de R\$ ____ (_____).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execu o do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administra o, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contrata o.
- 5.1.3. O valor acima   meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de fornecimento e serviços efetivamente prestados.





5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.3. Justificamos a não adoção do Cartão de Pagamento previsto no art. 75, § 4º, da Lei nº 14.133/21, como meio preferencial para pagamento, haja vista a ausência de regulamentação municipal sobre a matéria, e pela ausência de operacionalização de tal sistemática pelas instituições financeiras legalmente estabelecidas na sede do município.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

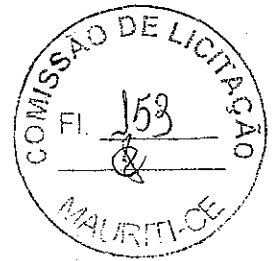
5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos oficiais.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção Civil (INCC/FGV) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação do serviço, pelo servidor Gestor do Contrato ou outro designado pela autoridade competente;

7.2. Acompanhar o cumprimento das obrigações trabalhistas e recolhimento de encargos sociais.

7.3. Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

7.4. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Fiscal do Contrato;

7.5. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências ou aditivos contratuais, sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;

7.6. Cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21;

7.7. Documentar as ocorrências havidas;

7.8. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estabelecido no contrato;

7.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



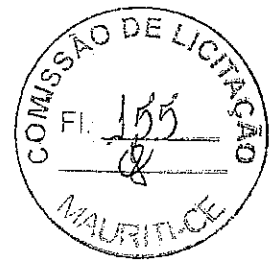


- 7.11. Fiscalizar os locais de trabalho da mão de obra contratada;
- 7.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 7.13. Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- 7.14. Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato;
- 7.15. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 7.16. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 7.16.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 7.16.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 7.16.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 7.16.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 7.17. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.18. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessários à execução do contrato;
- 7.19. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- 7.20. Responder, por danos ou prejuízos causados à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante.
- 7.21. Solicitar substituição de mão de obra entendida como inadequada para a prestação de serviços por mão de obra qualificada;
- 7.22. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.
- 8.2. Adotar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 8.3. Apresentar Nota Fiscal/Fatura detalhando o valor total dos serviços prestados no período;
- 8.3.1. Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;
- 8.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;
- 8.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Atender prontamente as exigências da Contratante inerentes ao objeto do contrato;
- 8.8. Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;





- 8.9. Atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, às solicitações quanto a substituições da mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- 8.10. Assumir as despesas que incidiram ou venham a incidir sobre o contrato, com exceção da publicação de seu extrato e dos Termos Aditivos pertinentes, cuja publicação será providenciada pela Contratante;
- 8.11. Autorizar a Contratante, consoante previsão expressa no contrato, a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciária e do FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 8.12. Acaso a Contratante fique impossibilitada de realizar os pagamentos a que se refere o subitem acima, dentre outras razões, por falta de documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento, os valores serão retidos cautelarmente e depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente nos respectivos pagamentos.
- 8.13. Comprovar, quando da rescisão contratual, o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados da contratada serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.15. Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes;
- 8.16. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Contratante, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do Contrato;
- 8.17. Difundir normas e procedimentos de segurança relativos a cada tipo de serviço;
- 8.18. Disponibilizar à Contratante o(a)s empregado(a)s devidamente uniformizado(a)s e identificado(a)s por meio de crachá, além de provê-lo(a)s com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's , quando for o caso;
- 8.19. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual, através de rede bancária, nas respectivas cidades de execução dos serviços, a fim de evitar interrupções na prestação dos serviços;
- 8.20. Executar os serviços nos novos endereços, em caso de mudança de sede das unidades administrativas da Contratante, desde que localizadas nos mesmos municípios; no caso de mudança de município, os serviços poderão ser prestados por meio de negociação entre as partes;
- 8.21. Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas da Contratante, sob pena de se constituir em inadimplência contratual;
- 8.22. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 8.23. Fornecer aos seus empregados vale transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e acordo ou convenção ou dissídio coletiva de trabalho;
- 8.24. Fornecer mão de obra capacitada para a perfeita execução dos serviços continuados para os postos de serviço objeto da contratação. Os profissionais deverão ser devidamente capacitados, obedecendo aos requisitos da Contratante, quanto à jornada de trabalho, tarefas a serem executadas e requisitos mínimos, de acordo com o presente Termo de Referência;
- 8.25. Fornecer, mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, consoante previsão expressa no contrato, uma cópia da folha de pagamento dos trabalhadores vinculados ao contrato e o comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a comprovar o pagamento de salários, 13º salário, concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias e, quando cabível, vale transporte e auxílio alimentação, no prazo previsto em lei, bem como o comprovante de pagamento de contribuições previdenciárias e do FGTS, todos referentes ao mês anterior.
- 8.26. Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;
- 8.27. Indicar preposto, informando telefone fixo, telefone celular e e-mail para contato com a contratada, comunicando qualquer alteração que venha a ocorrer nesses dados;





- 8.28. Instruir os seus empregado(a)s quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 8.29. Instruir ao seu preposto(a) quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 8.30. Instruir seus empregado(a)s a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.31. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de multa e rescisão contratual;
- 8.32. Não contratar empregados, após a data da licitação e para executar os serviços contratados, ligados por laços de parentesco até o 3º grau a servidores da Contratante, ativos;
- 8.33. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 8.34. Nomear empregado (preposto) para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o Fiscal do Contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas;
- 8.35. A contratada deverá providenciar uniformes para que os profissionais alocados à prestação dos serviços se apresentem trajando roupas adequadas para os serviços prestados

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.





9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dias) dias;
 - (2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).





11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (tinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





- 12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.8.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| Unidade Gestora | Dotação Orçamentária | Elemento de Despesa | Fonte de Recursos |
|-----------------|----------------------|---------------------|-------------------|
| | | | |

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. Na dotação:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Para todos os fins de direito, prevalecerão as cláusulas expressamente previstas neste Contrato, sobre as previsões inseridas no Aviso de Contratação Direta ou na Proposta da CONTRATADA, tendo-se este como resultado da negociação havida entre as partes e do acordo firmado pelas mesmas.
- 14.2. É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.
- 14.3. O MUNICÍPIO DE MAURITI/CE designa como ORGÃO GESTOR, o Departamento de Obras, que terá a incumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:
- 14.4. O MUNICÍPIO DE MAURITI/CE designa, como Gestor do Contrato o Sr. _____, e como Fiscal da Obra o Sr. _____, conforme Portaria nº _____,

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI
Secretaria de Proteção Social e do Trabalho



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Mauriti para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Mauriti/CE, ____ de _____ de 2024.

Xxxxxxxx
**SECRETÁRIA DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO
TRABALHO
CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da Empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

1.
CPF:
2.
CPF:



Rua José Leite da Costa, 619 - Bairro Serrinha - CEP: 63.210-000 - Mauriti -
Ceará, CNPJ: 13.637.826/0001-08
"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"
www.mauriti.ce.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI
Secretaria de Proteção Social e do Trabalho



ANEXO II AO TERMO DE REFERÊNCIA

01. PROJETO BÁSICO
(Memoriais descritivos, plantas e justificativas técnicas)

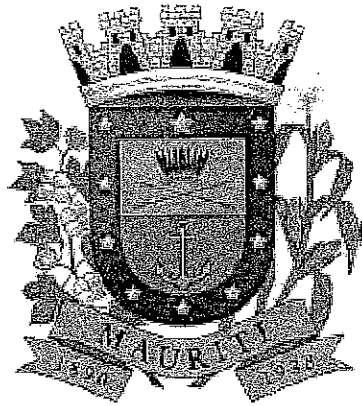
02. ORÇAMENTO BÁSICO
(Planilha orçamentária)

03. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
(Cronograma de execução da obra e do desembolso financeiro).



Rua José Leite da Costa, 619 - Bairro Serrinha - CEP: 63.210-000 - Mauriti -
Ceará, CNPJ: 13.637.826/0001-08
"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"
www.mauriti.ce.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI

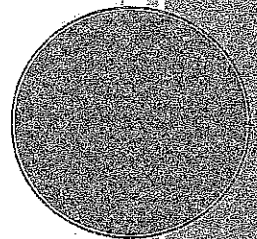
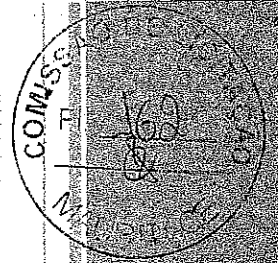
Projeto de Engenharia

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCALIZAÇÃO: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE
DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

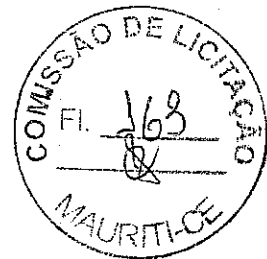
ALPHA PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA

MAIO DE 2024





PREFEITURA DE MAURITI



MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CONSIDERAÇÕES GERAIS

OBJETO

O presente **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** tem como objetivo **RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS** localizada no **CAPITÃO MIGUEL DANTAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI – CEARÁ**.

PROJETO

A execução da obra deverá obedecer integralmente e rigorosamente aos projetos, especificações e detalhes que serão fornecidos ao construtor com todas as características necessárias à perfeita execução dos serviços.

NORMAS

Fazem parte integrante deste, independente de transcrição, todas as normas, especificações e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tenham relação com os serviços objeto do contrato.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A empreiteira obriga-se saber as responsabilidades legais vigentes, prestar toda assistência técnica e administrativa necessária a fim de imprimir andamento conveniente à obra.

A responsabilidade técnica da obra será de Profissional pertencente ao quadro de pessoal e devidamente Habilitado e Registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.

MATERIAS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Todo material a ser utilizado na obra será de primeira qualidade. A mão-de-obra deverá ser idônea, de modo a reunir uma equipe homogênea que assegurem o bom andamento dos serviços.

DEMOLIÇÕES

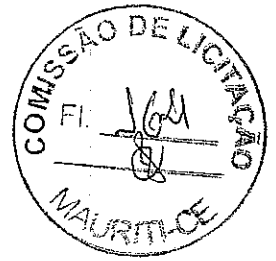
As demolições deverão ser reguladas, sob o aspecto de Segurança e Medicina do Trabalho, pela Norma Regulamentadora NR-18.

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



Antes de iniciar a demolição as linhas de fornecimento de energia elétrica, água, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas, canalizações de esgoto e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando-se as normas e determinações em vigor.

Toda a demolição deve ser programada e dirigida por profissional legalmente habilitado.

A remoção e o transporte de todo entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela CONTRATADA, de acordo com as exigências da Municipalidade local.

- COBERTA RETELHAMENTO

• Telhas Cerâmicas

O retelhamento deverá ser executado em telha cerâmica, de 1ª qualidade.

As telhas deverão indicar, em alto ou baixo relevo, a marca e a sua procedência.

No aspecto visual não deverão apresentar defeitos – fissuras na superfícies, esfoliações, quebras e rebarbas, com coloração uniforme, na cor característica, sem apresentar manchas acinzentadas.

O assentamento será iniciado com as telhas formando o canal, no sentido da inclinação do telhado, do beiral para a cumeeira, com a concavidade voltada para cima e a extremidade mais larga do lado da cumeeira. As telhas deverão ter uma superposição da ordem de 10cm.

As telhas superiores são colocadas com a extremidade mais estreita voltada para o lado da cumeeira e a superposição será de cerca de 10cm.

• Estrutura de Madeira

Madeira - deverão ser utilizados peças serradas, beneficiadas, desempenadas e secas, de madeiras de boa qualidade e procedência, isentas de nós, brancos, casca, broca, caruncho, trincas, fibras torcidas ou outros defeitos que venham diminuir a resistência física das peças e comprometer sua durabilidade e trabalhabilidade.

As inclinações recomendadas para as coberturas são – Telhas de barro tipo colonial.

Relação Grau x Percentagem

| Ângulo em Graus | Declividade em % |
|-----------------|------------------|
| 05 | 8.7 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



| | |
|----|------|
| 10 | 17.6 |
| 12 | 21.2 |
| 14 | 25.0 |
| 15 | 26.7 |
| 16 | 28.6 |
| 17 | 30.8 |
| 18 | 32.4 |
| 20 | 36.4 |
| 22 | 40.4 |
| 24 | 44.5 |
| 27 | 50.9 |
| 30 | 57.7 |
| 34 | 66.5 |
| 35 | 70.0 |
| 39 | 80.9 |
| 40 | 83.9 |
| 45 | 100 |

FORRO EM PVC:

Deverá ser executado forro de pvc lambrí em todos os ambientes do prédio reformado.

- REVESTIMENTO

• Chapisco

Material

Chapisco manual em argamassa de cimento e areia, traço volumétrico 1:3, esp=5mm. O cimento será tipo Portland comum, fabricação recente, conforme padrão comercializado no mercado. A areia será do tipo grossa – utilizar areia de rio, grossa.

Procedimentos

Deverá ser processados a mistura e amassamento dos materiais. A argamassa deverá Ter plasticidade e umidade tais, que possa ser facilmente lançada às superfícies verticais (paredes) e horizontais (forro) com uma colher de pedreiro.

Controle e Qualidade

Assegurar o emassamento de argamassa utilizando o traço 1:3.

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



• Reboco

Material

Reboco será executado com argamassa areia e cimento, traço volumétrico 1:6, com espessura de 20cm.

Procedimentos

O reboco deverá ser liso e uniforme, primorosamente alisado com desempenadeira de aço e esponja.

Controle e Qualidade

Para o espalhamento, o "corte" e o acabamento final da argamassa, empregar réguas de alumínio, desempenadeira de aço e esponja.

- ESQUADRIAS

As esquadrias obedecerão rigorosamente às indicações dos respectivos projetos de arquitetura e/ou desenhos de detalhes.

Serão sumariamente recusadas todas as peças que apresentarem sinais de empenamento, deslocamento, rachaduras, lascas desigualdade e outros defeitos que comprometam a qualidade.

- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas, compreende as instalações de luz e força.

As instalações elétricas serão executadas de acordo com as normas ABNT, e das concessionárias locais, além de obedecerem ao disposto neste Capítulo.

Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

Caberá ao CONSTRUTOR executar na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos especificados.

Emerson Patrick Aives Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RMP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



Caberá ao CONSTRUTOR executar toda a fiação e cabeamento e correndo por sua conta todos os custos de aprovação, vistoria e demais encargos pertinentes à citada instalação.

O CONSTRUTOR solicitará a vistoria das tubulações tão logo estejam em condições de uso e não apenas quando o serviço estiver totalmente concluído, o que permitirá que os cabos e fios estejam já instalados por ocasião da conclusão das obras.

Todo o equipamento usado deverá ser de 1ª qualidade e deverá obedecer a característica estabelecida no projeto elétrico, quanto a QUADROS, ELETRODUTOS, CABOS, FIOS, LUMINÁRIAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE NECESITEM DE SUBSTITUIÇÃO.

A mão de obra para este serviço deverá ser especializada.

- INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

Toda a tubulação deverá passar por uma alta avaliação para a identificação de todos os problemas que deverão ser solucionados nos mesmo.

Será usada uma tubulação em PVC soldável com conexões compatíveis aos tubos empregados. Será observado o projeto específico. Todas as tubulações serão embutidas e chumbadas a alvenaria com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. Os rasgos para essas tubulações deverão ter profundidade suficiente para permitir um recobrimento de pelo menos 3cm.

As confecções, sifões, ralos e caixas serão em PVC.

As bacias sanitárias, chuveiros, lavatórios caixa, pia e acessório serão de louça branca. Torneiras e válvulas serão em latão, sifões e engates em PVC.

- PINTURA

Todas as superfícies a serem pintadas deverão estar secas, retocadas e limpas. Cada demão só poderá ser aplicada quando a precedente estiver seca.

A tinta aplicada deverá ser bem espalhada sobre a superfície e a espessura da película, de cada demão, será a mínima possível, obtendo-se o cobrimento através de demão sucessivas.

A película de cada demão será contínua, com espessura uniforme e livre de escorrimentos.

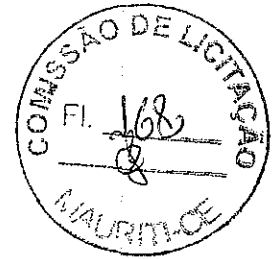
Deverão ser adotadas precauções especiais no sentido de evitar salpicadoras de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNF 06 28971-9





PREFEITURA DE MAURITI



- Pintura Látex, em duas demãos nos ambientes internos e externos, sem massa.
- Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro.
- Esmalte duas demãos em esquadrias de madeira.

SERVIÇOS DIVERSOS

- Limpeza Geral

Os serviços de limpeza geral satisfarão aos seguintes requisitos:

Será removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

Todas as manchas e salpicos de tintas serão cuidadosamente removidos.

O construtor obriga-se a restaurar todas as superfícies ou aparelhos que porventura venham a danificar-se por ocasião da limpeza.


Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS
LOCAL: LOCAL: SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARA.

COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

Fórmula do BDI:

| COMPOSIÇÃO DE BDI | | |
|-------------------|--|---------------|
| COD | DESCRIÇÃO | % |
| | Despesas Indiretas | |
| AC | Administração Central | 3,69 |
| DF | Despesas financeiras | 0,59 |
| R | Riscos | 0,97 |
| | | |
| | Benefício | |
| S + G | Garantia/seguros | 0,75 |
| L | Lucro | 5,33 |
| | | |
| I | Impostos | 10,65 |
| | PIS | 0,65 |
| | COFINS | 3,00 |
| | ISS | 2,50 |
| | CPRB (4,5%, Apenas quando tiver desoneração INSS) | 4,50 |
| | TOTAL DOS IMPOSTOS | 10,65 |
| | | |
| | BDI = | 25,00% |

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Emerson/Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9



PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICIPIO DE MAURITI - CEARÁ.

ENCARGOS SOCIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - TABELA SEINFRA 28-1 COM DESONERAÇÃO

| GRUPO A | ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS | HORISTA(%) |
|---------|-----------------------------|------------|
| A1 | INSS | 0,00 |
| A2 | SESI | 1,50 |
| A3 | SENAI | 1,00 |
| A4 | INCRA | 0,20 |
| A5 | SEBRAE | 0,60 |
| A6 | SALÁRIO EDUCAÇÃO | 2,50 |
| A7 | SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO | 3,00 |
| A8 | FGTS | 8,00 |
| A9 | SECONCI | 0,00 |
| A | TOTAL DO GRUPO A | 16,80 |

| GRUPO B | ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS | HORISTA(%) |
|---------|-------------------------------|------------|
| B1 | REPOUSO SEMANAL REMUNERADO | 17,85 |
| B2 | FERIADOS | 3,71 |
| B3 | AUXÍLIO - ENFERMIDADE | 0,87 |
| B4 | 13º SALÁRIO | 11,03 |
| B5 | LICENÇA PATERNIDADE | 0,07 |
| B6 | FALTAS JUSTIFICADAS | 0,74 |
| B7 | DIAS DE CHUVAS | 1,59 |
| B8 | AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO | 0,11 |
| B9 | FÉRIAS GOZADAS | 12,35 |
| B9 | SALÁRIO MATERNIDADE | 0,04 |
| B | TOTAL DO GRUPO B | 48,36 |

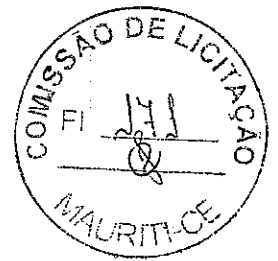
| GRUPO C | ENCARGOS SOCIAIS INDENIZATÓRIOS | HORISTA(%) |
|---------|----------------------------------|------------|
| C1 | AVISO-PRÉVIO INDENIZADO | 5,52 |
| C2 | AVISO-PRÉVIO TRABALHADO | 0,13 |
| C3 | FÉRIAS INDENIZADAS | 1,72 |
| C4 | DEPÓSITO RECISÃO SEM JUSTA CAUSA | 2,87 |
| C5 | INDENIZAÇÃO ADICIONAL | 0,46 |
| C | TOTAL GRUPO C | 10,70 |

| GRUPO D | INCIDÊNCIAS CUMULATIVAS | HORISTA(%) |
|---------|---|------------|
| D1 | REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE GRUPO B | 8,12 |
| D2 | REINCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO IDENIZADO | 0,46 |
| D | TOTAL DO GRUPO D | 8,58 |

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS (A + B + C + D) 84,44

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICIPIO DE MAURITI - CEARÁ.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DADOS ADMISSÍVEIS:

| | | |
|---|--------|----|
| ACO = ÁREA CONSTRUIDA = | 186,00 | M2 |
| PPEX = PERÍMETRO DAS PADERES EXISTENTES = | 112,00 | M |
| HP - ALTURA DAS PAREDES EXISTENTES = | 3,00 | M |
| PPEXT = PERÍMETRO DAS PADERES EXTERNAS = | 56,80 | M2 |
| ACE = ÁREA DE COBERTA EXISTENTE = | 195,00 | M2 |

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 PLACA DA OBRA - PO

PL = 3,00M x 2,00M = 6,00 M2

PO = PLACA DA OBRA = 6,00 M2

1.2 DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO = DFG

DFG = AT

AT = ÁREA TOTAL DE FORRO Á DEMOLIR = 30,00 M2

DFG = DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO = DFG 30,00 M2

1.3 DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTOS COM ARGAMASSA = DMR

DMR = (PP x H x 2,00 x %RE) =

PP = PERÍMETRO DAS PAREDES = 112,00 M

H = ALTURA DO PÉ DIREITO = 3,00 M

%RE = PERCENTUAL A RECUPERAR = 60,00 %

DMR = DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTOS COM ARGAMASSA = 403,20 M2

1.4 DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA = DAL

DAL = PPD x HM x 0,15

PPD = PERÍMETRO DAS PAREDES A DEMOLIR = 0,80 M

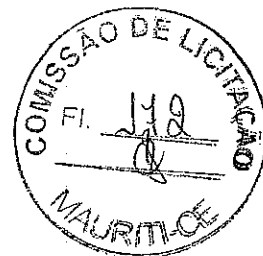
HM = ALTURA MÉDIA = 2,10 M

DAL = DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA = 0,25 M³

2.0 ALVENARIA

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

2.1 ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO = ALV

ALV = PPE x HM

PPE = PERÍMETRO DAS PAREDES A EXECUTAR =

0,80 M

HM = ALTURA MÉDIA =

2,10 M

ALV = ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO =

1,68 M

3.0 COBERTA

3.1 RETELHAMENTO = RT

RT = ATC

ATC = ÁREA TOTAL DA COBERTA =

195,00 M2

RT = RETELHAMENTO =

195,00 M2

3.2 FORRO EM PVC = FOR

FOR = AT

AT = ÁREA TOTAL DE FORRO PVC A EXECUTAR =

138,20 M2

4.0 REVESTIMENTO

4.1 CHAPISCO = CH

CH = (DMR) + (ALV x 2,00)

DMR = DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTOS COM ARGAMASSA =

406,56 M2

CH = ÁREA DO CHAPISCO =

406,56 M2

4.2 REBOCO EM MASSA ÚNICA = RMU

RMU = CH

CH = ÁREA DO CHAPISCO A EXECUTAR =

406,56 M2

ARE = ÁREA DO REBOCO A EXECUTAR =

406,56 M2

4.3 REVESTIMENTO CERÂMICO = RC

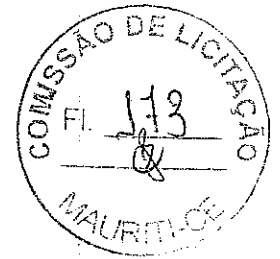
RC = PPE x HM

PPE = PERÍMETRO DAS PAREDES A EXECUTAR =

14,00 M

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

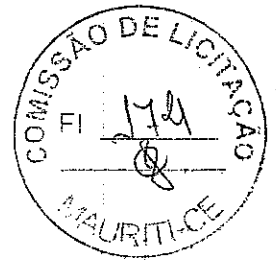
LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| | | |
|--|--------|-----|
| HM = ALTURA MÉDIA = | 2,80 | M |
| RC = REVESTIMENTO CERÂMICO = | 39,20 | M |
| 5.0 PISOS | | |
| 5.1 REGULARIZAÇÃO DE BASE = RG | | |
| RG = AWC | | |
| AWC = ÁREA DO BANHEIRO = | 3,50 | M2 |
| 5.2 PISO CERÂMICO = PC | | |
| PC = AWC | | |
| AWC = ÁREA DO BANHEIRO = | 3,50 | M2 |
| 6.0 INSTALAÇÃO ELÉTRICA - IE | | |
| 6.1 INST. ELÉTRICAS = IE | 1,00 | UN |
| 7.0 INSTALAÇÃO HIDROSANITÁRIAS - IH | | |
| 7.1 INST. HIDRO-SANITÁRIAS = IH | 1,00 | UN. |
| 8.0 ESQUADRIAS E FERRAGENS | | |
| 8.1 FECHADURAS | | |
| QF = QUANTIDADE DE FECHADURAS = | 9,00 | UN |
| FECHADURAS PARA PORTAS = | 9,00 | UN |
| 9.0 PINTURA | | |
| 9.1 PINTURA EM LATEX INTERNA = PLI | | |
| PLI = ((PPI x 2) - PPE) x HM | | |
| PPI = PERIMETRO DAS PAREDES INTERNAS = | 103,50 | M |
| PPE = PERIMETRO DAS PAREDES EXTERNAS = | 56,80 | M |
| HM = ALTURA DO PÉ DIREITO MÉDIO = | 2,80 | M |
| PLI = PINTURA LATEX INTERNA = | 420,56 | M2 |
| 9.2 PINTURA EM LATEX EXTERNA = PLE | | |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 61528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

PLE = (PPE x HM)

PPE = PERIMETRO DAS PAREDES EXTERNAS =

56,80 M

HM = ALTURA DO PÉ DIREITO MÉDIO =

2,90 M

PLE = PINTURA LATEX EXTERNA =

164,72 M2

9.3 PINTURA EM ESQUADRIAS DE FERRO = PEF

PEF = PINTURA EM ESQUADRIAS DE FERRO =

16,06 M2

10.0 DIVERSOS

10.1 CALÇADA DE CONTORNO = CA

CA = AEX

AEX = ÁREA EXTERNA DA CALÇADA =

46,00 M2

10.2 LIMPEZA GERAL = LIMP

LIMP = ACA

ACA = ÁREA CONSTRUIDA =

186,00 M2

LIMP = LIMPEZA GERAL =

186,00 M2

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RMP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

ORÇAMENTO GERAL DA OBRA

Data: MAIO/2024 Tabela Seinfra: 028.1 Desonerada BDI: 25,00% Encargos Sociais: 84,44%

| Num | Código | Discriminação | Quantidade | Un | Preço Unit. | Preço Parcial |
|---|--------|--|--------------|------------|-------------|-----------------|
| 001 Grupo: SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | |
| 1.1 | C1937 | PLACAS PADRÃO DE OBRA | 6,00 | M2 | 183,41 | 1.100,46 |
| 1.2 | C1056 | DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO | 30,00 | M2 | 3,89 | 116,70 |
| 1.3 | C1070 | DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA | 403,20 | M2 | 10,44 | 4.209,41 |
| 1.4 | C1043 | DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO | 0,25 | M3 | 62,63 | 15,66 |
| | | | TOTAL | R\$ | | 5.442,23 |

| | | | | | | |
|-----------------------------|-------|--|--------------|------------|-------|---------------|
| 002 Grupo: ALVENARIA | | | | | | |
| 2.1 | C0073 | ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8) | 1,68 | M2 | 62,98 | 105,81 |
| | | | TOTAL | R\$ | | 105,81 |

| | | | | | | |
|---------------------------|-------|--|--------------|------------|-------|------------------|
| 003 Grupo: COBERTA | | | | | | |
| 3.1 | C2200 | RETELHAMENTO C/ TELHA CERÂMICA ATE 20% NOVA | 195,00 | M2 | 51,14 | 9.972,30 |
| 3.2 | C4468 | FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM | 138,20 | M2 | 69,54 | 9.610,43 |
| | | | TOTAL | R\$ | | 19.582,73 |

| | | | | | | |
|--------------------------------|-------|---|--------------|------------|--------|------------------|
| 004 Grupo: REVESTIMENTO | | | | | | |
| 4.1 | C0776 | CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE | 406,56 | M2 | 7,42 | 3.016,68 |
| 4.2 | C3407 | REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:6 | 406,56 | M2 | 37,04 | 15.058,98 |
| 4.3 | C4432 | CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ATÉ 30x30cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4 P/ PAREDE | 39,20 | M2 | 106,37 | 4.169,70 |
| | | | TOTAL | R\$ | | 22.245,36 |

| | | | | | | |
|-------------------------|-------|---|--------------|------------|--------|---------------|
| 005 Grupo: PISOS | | | | | | |
| 5.1 | C2181 | REGULARIZAÇÃO DE BASE C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3 - ESP= 3cm | 3,50 | M2 | 29,6 | 103,60 |
| 5.2 | C3001 | CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ- FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO | 3,50 | M2 | 103,12 | 360,92 |
| 5.3 | C1120 | REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm ²) (PAREDE/PISO) | 42,70 | M2 | 10,05 | 429,14 |
| | | | TOTAL | R\$ | | 893,66 |

| | | | | | | |
|---|-------|--|--------------|------------|--------|-----------------|
| 006 Grupo: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | | | | | | |
| 6.1 | C1666 | LUMINÁRIA FLUORESCENTE COMPLETA C/2 LÂMPADAS DE 40W | 14,00 | UN | 150,46 | 2.106,44 |
| 6.2 | C1947 | PONTO ELÉTRICO, MATERIAL E EXECUÇÃO | 10,00 | PT | 264,15 | 2.641,50 |
| | | | TOTAL | R\$ | | 4.747,94 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREACE 321456
RNP 06 1525571-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

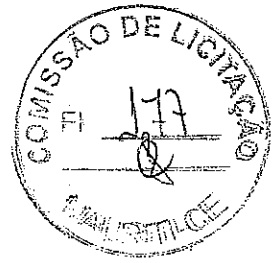
LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

ORÇAMENTO GERAL DA OBRA

| Data: MAIO/2024 | | Tabela Seinfra: 028.1 Desonerada | | BDI: 25,00% | | Encargos Sociais: 84,44% | |
|--|--------|---|--------------|-------------|----------------------|--------------------------|-------------------|
| Num | Código | Discriminação | Quantidade | Un | Preço Unit. | Preço Parcial | |
| 007 Grupo: INSTALAÇÕES HIDRO-SANITARIAS | | | | | | | |
| 7.1 | C0348 | BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA | 2,00 | UN | 661,55 | 1.323,10 | |
| 7.2 | C1948 | PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO | 2,00 | PT | 256,47 | 512,94 | |
| 7.3 | C1950 | PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO | 1,00 | PT | 238,04 | 238,04 | |
| 7.4 | C4926 | CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA) | 1,00 | UN | 59,56 | 59,56 | |
| | | | TOTAL | R\$ | | 2.133,64 | |
| 008 Grupo: ESQUADRIAS | | | | | | | |
| 8.1 | C1361 | FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA | 9,00 | UN | 145,21 | 1.306,89 | |
| | | | TOTAL | R\$ | | 1.306,89 | |
| 009 Grupo: PINTURA | | | | | | | |
| 9.1 | C1615 | LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA | 420,56 | M2 | 21,07 | 8.861,20 | |
| 9.2 | C1614 | LATEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA | 164,72 | M2 | 22,85 | 3.763,85 | |
| 9.3 | C1279 | ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO | 16,06 | M2 | 44,42 | 713,39 | |
| | | | TOTAL | R\$ | | 13.338,44 | |
| 010 Grupo: DIVERSOS | | | | | | | |
| 10.1 | C3410 | CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO | 46,00 | M2 | 294,38 | 13.541,48 | |
| 10.2 | C1628 | LIMPEZA GERAL | 186,00 | M2 | 12,92 | 2.403,12 | |
| | | | TOTAL | R\$ | | 15.944,60 | |
| | | | | | TOTAL SIMPLES | R\$ | 85.741,30 |
| | | | | | B D I 25% | R\$ | 21.435,33 |
| | | | | | TOTAL DA OBRA | R\$ | 107.176,63 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 06 1528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICIPIO DE MAURITI - CEARÁ.

RESUMO DO ORÇAMENTO

| ITEM | SERVIÇOS | % TOTAL | TOTAL | |
|------|------------------------------|-----------------------|---------------|-------------------|
| 001 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 5,08% | 5.442,23 | |
| 002 | ALVENARIA | 0,10% | 105,81 | |
| 003 | COBERTURA | 18,27% | 19.582,73 | |
| 004 | REVESTIMENTOS | 20,76% | 22.245,36 | |
| 005 | PISOS | 0,83% | 893,66 | |
| 006 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 4,43% | 4.747,94 | |
| 007 | INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS | 1,99% | 2.133,64 | |
| 008 | ESQUADRIAS | 1,22% | 1.306,89 | |
| 009 | PINTURA | 12,45% | 13.338,44 | |
| 010 | DIVERSOS | 14,88% | 15.944,60 | |
| | | TOTAL SIMPLES: | 52,68% | 85.741,30 |
| | | B D I 25% | 20,00% | 21.435,33 |
| | | TOTAL: | 72,68% | 107.176,63 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 041528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

| ITEM | SERVIÇOS | MÊS 01 | | MÊS 02 | | TOTAL | % |
|----------------------|------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | | Valor(R\$) | % | Valor(R\$) | % | | |
| 1.00 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 5.442,23 | 100,00 | - | - | 5.442,23 | 5,08 |
| 2.00 | ALVENARIA | 105,81 | 100,00 | - | - | 105,81 | 0,10 |
| 3.00 | COBERTURA | 19.582,73 | 100,00 | - | - | 19.582,73 | 18,27 |
| 4.00 | REVESTIMENTOS | 6.673,61 | 30,00 | 15.571,75 | 70,00 | 22.245,36 | 20,76 |
| 5.00 | PISOS | 893,66 | 100,00 | - | - | 893,66 | 0,83 |
| 6.00 | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS | 4.747,94 | 100,00 | - | - | 4.747,94 | 4,43 |
| 7.00 | INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS | - | - | 2.133,64 | 100,00 | 2.133,64 | 1,99 |
| 8.00 | ESQUADRIAS | - | - | 1.306,89 | 100,00 | 1.306,89 | 1,22 |
| 9.00 | PINTURA | - | - | 13.338,44 | 100,00 | 13.338,44 | 12,45 |
| 10.0 | DIVERSOS | - | - | 15.944,60 | 100,00 | 15.944,60 | 14,88 |
| TOTAL SIMPLES | | 37.445,98 | 34,94% | 48.295,32 | 45,06% | 85.741,30 | 80,00 |
| BDI 25% | | 9.361,49 | 8,73% | 12.073,83 | 11,27% | 21.435,33 | 20,00 |
| TOTAL GERAL | | 46.807,47 | 43,67% | 60.369,15 | 56,33% | 107.176,63 | 100,00 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| C0776 CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA SIPENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE (M2) | | | | | | |
|--|------------------|---------|------|-------------|----------------|--------|
| Material | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 10109 | AREIA MEDIA | SEINFRA | M3 | 0,0061 | 83,5800 | 0,5098 |
| 10805 | CIMENTO PORTLAND | SEINFRA | KG | 2,4300 | 0,7100 | 1,7253 |
| TOTAL Material: | | | | | | 2,2351 |
| Mão de Obra | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 12391 | PEDREIRO | SEINFRA | H | 0,1000 | 9,0653 | 0,9065 |
| 12543 | SERVENTE | SEINFRA | H | 0,1500 | 6,0670 | 0,9101 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 1,8166 |
| VALOR: | | | | | | 7,4200 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | | 3,3700 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | | 7,4200 |

| C1056 DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO (M2) | | | | | | |
|--|----------|---------|------|-------------|----------------|--------|
| Mão de Obra | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 12391 | PEDREIRO | SEINFRA | H | 0,1000 | 9,0653 | 0,9065 |
| 12543 | SERVENTE | SEINFRA | H | 0,0800 | 6,0670 | 0,4854 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 1,3919 |
| VALOR: | | | | | | 3,8900 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | | 2,5000 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | | 3,8900 |

| C1070 DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO C/ARGAMASSA (M2) | | | | | | |
|--|----------|---------|------|-------------|----------------|---------|
| Mão de Obra | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 12391 | PEDREIRO | SEINFRA | H | 0,0500 | 9,0653 | 0,4533 |
| 12543 | SERVENTE | SEINFRA | H | 0,5000 | 6,0670 | 3,0335 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 3,4868 |
| VALOR: | | | | | | 10,4400 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | | 6,9500 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | | 10,4400 |

| C1280 ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE MADEIRA (M2) | | | | | | |
|---|--|---------|------|-------------|----------------|--------|
| Material | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 10035 | AGUARRÁS MINERAL | SEINFRA | L | 0,0400 | 20,2900 | 0,8116 |
| 11100 | ESMALTE SINTETICO | SEINFRA | L | 0,1600 | 31,8800 | 5,1008 |
| 11199 | FUNDO BRANCO FOSCO NIVELADOR P/ MADEIRAS | SEINFRA | L | 0,1300 | 16,1800 | 2,1034 |
| 11347 | LIXA PARA MADEIRA/MASSA | SEINFRA | UN | 0,4000 | 0,7000 | 0,2800 |
| TOTAL Material: | | | | | | 8,2958 |
| Mão de Obra | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNR 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| | | | | | | |
|-------|--------------------|---------|---|--------|---------------------------------|----------------|
| 10045 | AJUDANTE DE PINTOR | SEINFRA | H | 0,3600 | 6,7285 | 2,3550 |
| 12395 | PINTOR | SEINFRA | H | 0,4000 | 9,0653 | 3,6261 |
| | | | | | TOTAL Mão de Obra: | 5,9811 |
| | | | | | VALOR: | 24,6400 |
| | | | | | VALOR ENCARGOS (84.44%): | 10,3600 |
| | | | | | VALOR UNITÁRIO: | 24,6400 |

| C1361 FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA (UN) | | | | | | |
|--|---------------------------------------|---------|------|-------------|---------------------------------|-----------------|
| Material | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 11155 | FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA | SEINFRA | UN | 1,0000 | 58,6900 | 58,6900 |
| | | | | | TOTAL Material: | 58,6900 |
| Mão de Obra | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 10041 | AJUDANTE DE CARPINTEIRO | SEINFRA | H | 2,0000 | 6,7285 | 13,4570 |
| 10498 | CARPINTEIRO | SEINFRA | H | 2,0000 | 9,0653 | 18,1306 |
| | | | | | TOTAL Mão de Obra: | 31,5876 |
| | | | | | VALOR: | 145,2100 |
| | | | | | VALOR ENCARGOS (84.44%): | 54,9300 |
| | | | | | VALOR UNITÁRIO: | 145,2100 |

| C1614 LÁTEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES EXTERNAS S/MASSA (M2) | | | | | | |
|--|-----------------------------------|---------|------|-------------|---------------------------------|----------------|
| Material | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 10035 | AGUARRÁS MINERAL | SEINFRA | L | 0,0500 | 20,2900 | 1,0145 |
| 11488 | LÍQUIDO PREPARADOR DE SUPERFÍCIES | SEINFRA | L | 0,1200 | 12,7800 | 1,5336 |
| 11347 | LIXA PARA MADEIRA/MASSA | SEINFRA | UN | 0,2500 | 0,7000 | 0,1750 |
| 12097 | TINTA LÁTEX ACRÍLICA | SEINFRA | L | 0,1700 | 22,2000 | 3,7740 |
| | | | | | TOTAL Material: | 6,4971 |
| Mão de Obra | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 10045 | AJUDANTE DE PINTOR | SEINFRA | H | 0,3500 | 6,7285 | 2,3550 |
| 12395 | PINTOR | SEINFRA | H | 0,4000 | 9,0653 | 3,6261 |
| | | | | | TOTAL Mão de Obra: | 5,9811 |
| | | | | | VALOR: | 22,8500 |
| | | | | | VALOR ENCARGOS (84.44%): | 10,3700 |
| | | | | | VALOR UNITÁRIO: | 22,8500 |

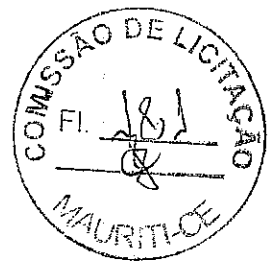
| C1615 LÁTEX DUAS DEMÃOS EM PAREDES INTERNAS S/MASSA (M2) | | | | | | |
|--|------------------------------------|---------|------|-------------|------------------------|---------------|
| Material | | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| 11490 | LÍQUIDO SELADOR PARA PINTURA LÁTEX | SEINFRA | L | 0,1200 | 12,0800 | 1,4496 |
| 11347 | LIXA PARA MADEIRA/MASSA | SEINFRA | UN | 0,2600 | 0,7000 | 0,1750 |
| 12096 | TINTA LÁTEX | SEINFRA | L | 0,1700 | 18,2200 | 3,0974 |
| | | | | | TOTAL Material: | 4,7220 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICIPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| Mão de Obra | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--------------------------|---------|------|-------------|----------------|---------|
| I0045 AJUDANTE DE PINTOR | SEINFRA | H | 0,3500 | 6,7285 | 2,3550 |
| I2395 PINTOR | SEINFRA | H | 0,4000 | 9,0653 | 3,6261 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | 5,9811 |
| VALOR: | | | | | 21,0700 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 10,3700 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 21,0700 |

| Material | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|---|---------|------|-------------|----------------|----------|
| I1091 ENGATE CROMADO | SEINFRA | UN | 2,0000 | 22,5900 | 45,1800 |
| I1180 FITA DE VEDAÇÃO | SEINFRA | M | 1,1200 | 0,3600 | 0,4032 |
| I1343 LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA | SEINFRA | UN | 1,0000 | 199,0100 | 199,0100 |
| I1579 PARAFUSO CROMADO P/FIXAÇÃO SANITARIOS, INCLUSIVE PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON | SEINFRA | UN | 2,0000 | 9,4000 | 18,8000 |
| I1864 SIFÃO METALICO TIPO COPO DN 1"X1 1/2" | SEINFRA | UN | 1,0000 | 164,5800 | 164,5800 |
| I2132 TORNEIRA DE PRESSÃO CROMADA P/LAVATORIO 1/2" | SEINFRA | UN | 1,0000 | 98,6600 | 98,6600 |
| TOTAL Material: | | | | | 526,6332 |

| Mão de Obra | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|-----------------------------|---------|------|-------------|----------------|----------|
| I0043 AJUDANTE DE ENCANADOR | SEINFRA | H | 3,3000 | 6,7285 | 22,2041 |
| I2320 ENCANADOR | SEINFRA | H | 3,3000 | 9,0653 | 29,9155 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | 52,1196 |
| VALOR: | | | | | 667,1500 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 88,4000 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 667,1500 |

| Mão de Obra | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--------------------------|---------|------|-------------|----------------|---------|
| I2543 SERVENTE | SEINFRA | H | 0,7000 | 6,0670 | 4,2469 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | 4,2469 |
| VALOR: | | | | | 12,9200 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 8,6700 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 12,9200 |

| Material | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|---|---------|------|-------------|----------------|---------|
| I1364 LUMINARIA FLUORESCENTE 2X40W COMPLETA COM LAMPADA | SEINFRA | UN | 1,0000 | 81,2600 | 81,2600 |
| TOTAL Material: | | | | | 81,2600 |
| Mão de Obra | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| I0042 AJUDANTE DE ELETRICISTA | SEINFRA | H | 1,1000 | 6,7285 | 7,4014 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNF 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| | | | | | | |
|--------------------------|-------------|---------|---|--------|--------|----------|
| 12312 | ELETRICISTA | SEINFRA | H | 1,1000 | 9,0653 | 9,9718 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 17,3732 |
| VALOR: | | | | | | 128,8400 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | | 30,2100 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | | 128,8400 |

| Material | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|-----------------|---------|------|-------------|----------------|----------|
| I0537 | SEINFRA | M2 | 1,0200 | 39,0300 | 39,8106 |
| I1100 | SEINFRA | L | 1,0000 | 31,8800 | 31,8800 |
| I1691 | SEINFRA | M | 4,5000 | 16,0900 | 72,4050 |
| I1725 | SEINFRA | KG | 0,1500 | 15,9900 | 2,3985 |
| TOTAL Material: | | | | | 146,4941 |

| Mão de Obra | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--------------------------|---------|------|-------------|----------------|----------|
| I2543 | SEINFRA | H | 2,0000 | 6,0670 | 12,1340 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | 12,1340 |
| VALOR: | | | | | 183,4100 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 24,7800 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 183,4100 |

| Material | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|-----------------|---------|------|-------------|----------------|---------|
| I0356 | SEINFRA | M | 12,0000 | 2,1100 | 25,3200 |
| I0419 | SEINFRA | UN | 1,0000 | 1,9300 | 1,9300 |
| I0428 | SEINFRA | UN | 1,0000 | 11,2000 | 11,2000 |
| I0957 | SEINFRA | UN | 1,0000 | 2,7300 | 2,7300 |
| I0981 | SEINFRA | UN | 0,1000 | 11,0900 | 1,1090 |
| I1075 | SEINFRA | M | 3,0000 | 4,5700 | 13,7100 |
| I1105 | SEINFRA | UN | 1,0000 | 2,9000 | 2,9000 |
| I1181 | SEINFRA | M | 3,0000 | 0,7500 | 2,2500 |
| I1262 | SEINFRA | UN | 1,0000 | 24,7400 | 24,7400 |
| I1409 | SEINFRA | UN | 2,0000 | 1,1800 | 2,3600 |
| TOTAL Material: | | | | | 88,2490 |

| Mão de Obra | FORTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--------------------------|---------|------|-------------|----------------|----------|
| I0042 | SEINFRA | H | 3,0000 | 6,7285 | 20,1855 |
| I2312 | SEINFRA | H | 3,0000 | 9,0653 | 27,1959 |
| I2543 | SEINFRA | H | 2,5000 | 6,0670 | 15,1675 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | 62,5489 |
| VALOR: | | | | | 264,1500 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 113,3500 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 264,1500 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 521456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| C1950 PONTO SANITÁRIO, MATERIAL E EXECUÇÃO (PT) | | | | | | |
|---|---|---------|------|-------------|----------------|----------|
| Material | | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| I0108 | AREIA GROSSA | SEINFRA | M3 | 0,0040 | 119,5800 | 0,4783 |
| I0441 | CAL HIDRATADA | SEINFRA | KG | 3,0000 | 0,9600 | 2,8800 |
| I0805 | CIMENTO PORTLAND | SEINFRA | KG | 3,0000 | 0,7100 | 2,1300 |
| I1283 | JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 40MM | SEINFRA | UN | 2,0000 | 2,3600 | 4,7200 |
| I1284 | JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 50MM | SEINFRA | UN | 1,0000 | 3,2500 | 3,2500 |
| I1282 | JOELHO PVC PARA ESGOTO DE 100MM | SEINFRA | UN | 1,0000 | 8,8200 | 8,8200 |
| I2013 | TE PVC PARA ESGOTO DE 40MM (1 1/2") | SEINFRA | UN | 1,0000 | 3,9300 | 3,9300 |
| I2012 | TE PVC PARA ESGOTO DE 100MM (4") | SEINFRA | UN | 1,0000 | 16,9800 | 16,9800 |
| I2193 | TUBO PVC ESGOTO DE 100MM (4") - (NBR 5688) | SEINFRA | M | 0,3300 | 15,8200 | 5,2206 |
| I2194 | TUBO PVC ESGOTO DE 40MM (1 1/2") - (NBR 5688) | SEINFRA | M | 1,5000 | 6,9100 | 10,3650 |
| I2195 | TUBO PVC ESGOTO DE 50MM (2") - (NBR 5688) | SEINFRA | M | 0,5000 | 10,7500 | 5,3750 |
| TOTAL Material: | | | | | | 64,1489 |
| Mão de Obra | | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| I0043 | AJUDANTE DE ENCANADOR | SEINFRA | H | 3,0000 | 6,7285 | 20,1855 |
| I2320 | ENCANADOR | SEINFRA | H | 3,0000 | 9,0653 | 27,1959 |
| I2543 | SERVENTE | SEINFRA | H | 2,5000 | 6,0670 | 15,1675 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 62,5489 |
| VALOR: | | | | | | 238,0400 |
| VALOR ENCARGOS (84,44%): | | | | | | 111,3400 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | | 238,0400 |

| C2200 RETELHAMENTO C/ TELHA CERÂMICA ATE 20% NOVA (M2) | | | | | | |
|--|-------------------------|---------|------|-------------|----------------|---------|
| Material | | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| I2045 | TELHA CERÂMICA COLONIAL | SEINFRA | UN | 6,0000 | 0,7100 | 4,2600 |
| TOTAL Material: | | | | | | 4,2600 |
| Mão de Obra | | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| I2391 | PEDREIRO | SEINFRA | H | 1,1000 | 9,0653 | 9,9718 |
| I2543 | SERVENTE | SEINFRA | H | 1,1000 | 6,0670 | 6,6737 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 16,6455 |
| VALOR: | | | | | | 51,1400 |
| VALOR ENCARGOS (84,44%): | | | | | | 30,2300 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | | 51,1400 |

| C3407 REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:6 (M2) | | | | | | |
|--|----------|---------|------|-------------|----------------|--------|
| Mão de Obra | | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
| I2391 | PEDREIRO | SEINFRA | H | 0,6000 | 9,0653 | 5,4392 |
| I2543 | SERVENTE | SEINFRA | H | 0,6000 | 6,0670 | 3,6402 |
| TOTAL Mão de Obra: | | | | | | 9,0794 |

Emerson Patrício Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNPO 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| Serviço | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|---|---------|------|-------------|----------------|---------|
| C0173 ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:6 | SEINFRA | M3 | 0,0250 | 334,8333 | 8,3708 |
| TOTAL Serviço: | | | | | 8,3708 |
| VALOR: | | | | | 37,0400 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 19,5900 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 37,0400 |

C3410 CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO (M2)

| Serviço | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|---|---------|------|-------------|----------------|-----------|
| C0055 ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TIJOLO COMUM, ARGAMASSA MISTA C/ CAL HIDRATADA | SEINFRA | M3 | 0,1800 | 608,8841 | 109,5991 |
| C1213 EMBOÇO C/ ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:2:9 ESP.= 20mm P/ PAREDE | SEINFRA | M2 | 0,5200 | 17,7346 | 9,2220 |
| C2784 ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m | SEINFRA | M3 | 0,12 | 16,0776 | 1,929312 |
| C1609 LASTRO DE CONCRETO INCLUINDO PREPARO E LANÇAMENTO | SEINFRA | M3 | 0,07 | 417,9804 | 29,258628 |
| C2898 PINTURA HIDRACOR | SEINFRA | M2 | 0,52 | 4,5561 | 2,369172 |
| C1915 PISO CIMENTADO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4, ESP.= 1.5cm | SEINFRA | M2 | 1 | 21,4544 | 21,4544 |
| C2921 REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA | SEINFRA | M3 | 0,1200 | 10,3139 | 1,2377 |
| C2121 REBOCO ARGAMASSA DE CAL EM PASTA E AREIA PENEIRADA TRAÇO 1:3 ESP=5 mm P/PAREDE | SEINFRA | M2 | 0,5200 | 10,1449 | 5,2753 |
| TOTAL Serviço: | | | | | 180,3456 |
| VALOR: | | | | | 294,3800 |
| VALOR ENCARGOS (84.44%): | | | | | 114,0300 |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 294,3800 |

C4468 FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm - FORNECIMENTO E MONTAGEM (M2)

| Material | FONTE | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | TOTAL |
|--|---------|------|-------------|----------------|---------|
| 18293 FORRO PVC - LAMBRI (100x6000 OU 200x6000)mm. DE 8MM A 10MM. INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO (INSTALADO) | SEINFRA | M2 | 1,0000 | 69,5400 | 69,5400 |
| TOTAL Material: | | | | | 69,5400 |
| VALOR: | | | | | 69,5400 |
| VALOR ENCARGOS: | | | | | - |
| VALOR UNITÁRIO: | | | | | 69,5400 |

C1043 - DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS S/ REAPROVEITAMENTO - M3

| MAO DE OBRA | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|--------------|---------|---------|
| 12391 PEDREIRO | H | 0,3000 | 24,1600 | 7,2480 |
| 12543 SERVENTE | H | 3,0000 | 18,4600 | 55,3800 |
| | | | Total: | 62,6280 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS
LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| | | | | |
|--|--|--|-------------------|---------|
| | | | Total Simples: | 62,63 |
| | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | Valor Geral: | 62,63 |

| C0073 - ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19)cm C/ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10cm (1:2:8) - M2 | | | | | |
|---|----------------------------------|---------|--------------|-------------------|---------|
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 12391 | PEDREIRO | H | 1,0000 | 24,1600 | 24,1600 |
| 12543 | SERVENTE | H | 1,1200 | 18,4600 | 20,6752 |
| | | | | Total: | 44,8352 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 10109 | AREIA MEDIA | M3 | 0,0150 | 83,5800 | 1,2537 |
| 10441 | CAL HIDRATADA | KG | 2,1800 | 0,9600 | 2,0928 |
| 10805 | CIMENTO PORTLAND | KG | 2,1800 | 0,7100 | 1,5478 |
| 12081 | TIJOLO CERÂMICO FURADO 9X19X19CM | UN | 25,0000 | 0,5300 | 13,2500 |
| | | | | Total: | 18,1443 |
| | | | | Total Simples: | 62,98 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 62,98 |

| C4432 - CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. CIMENTO E AREIA ATÉ 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 P/ PAREDE - M2 | | | | | |
|--|---|---------|--------------|-------------------|---------|
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 11328 | LADRILHISTA | H | 1,4000 | 24,1600 | 33,8240 |
| 12543 | SERVENTE | H | 1,4000 | 18,4600 | 25,8440 |
| | | | | Total: | 59,6680 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 16498 | CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA DIMENSÕES ATÉ 30x30cm (900 cm²) - PEI-5/PEI-4 | M2 | 1,1000 | 25,9500 | 28,5450 |
| | | | | Total: | 28,5450 |
| SERVIÇOS | | | | | |
| C4429 | ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PEN. TRAÇO 1:5 | M3 | 0,0200 | 907,9803 | 18,1596 |
| | | | | Total: | 18,1596 |
| | | | | Total Simples: | 106,37 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 106,37 |

| C2181 - REGULARIZAÇÃO DE BASE C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3 - ESP= 3cm - M2 | | | | | |
|---|----------|---------|--------------|---------|--------|
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 12391 | PEDREIRO | H | 0,2500 | 24,1600 | 6,0400 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 081528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| | | | | | |
|-----------|------------------|----|---------|-------------------|---------|
| 12543 | SERVENTE | H | 0,5500 | 18,4600 | 10,1530 |
| | | | | Total: | 16,1930 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 10109 | AREIA MEDIA | M3 | 0,0365 | 83,5800 | 3,0507 |
| 10805 | CIMENTO PORTLAND | KG | 14,5800 | 0,7100 | 10,3518 |
| | | | | Total: | 13,4025 |
| | | | | Total Simples: | 29,60 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 29,60 |

| | | | | | |
|---|---|---------|--------------|-------------------|---------|
| C3001 - CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ACIMA DE 30x30 cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4 - P/ PISO - M2 | | | | | |
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 11328 | LADRILHISTA | H | 0,6000 | 24,1600 | 14,4960 |
| 12543 | SERVENTE | H | 0,6000 | 18,4600 | 11,0760 |
| | | | | Total: | 25,5720 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 16500 | CERÂMICA ESMALTADA RETIFICADA DIMENSÕES MAIORES DE 30x30cm (900 cm ²) - PEI-5/PEI-4 | M2 | 1,1000 | 52,9000 | 58,1900 |
| 16508 | ARGAMASSA COLANTE PRÉ-FABRICADA P/ CERÂMICAS E PORCELANATOS | KG | 8,0000 | 2,4200 | 19,3600 |
| | | | | Total: | 77,5500 |
| | | | | Total Simples: | 103,12 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 103,12 |

| | | | | | |
|---|---|---------|--------------|-------------------|---------|
| C1120 - REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ATÉ 2mm EM CERÂMICA, ATÉ 30x30 cm (900 cm ²) (PAREDE/PISO) - M2 | | | | | |
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 11328 | LADRILHISTA | H | 0,2000 | 24,1600 | 4,8320 |
| 12543 | SERVENTE | H | 0,2000 | 18,4600 | 3,6920 |
| | | | | Total: | 8,5240 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 10118 | ARGAMASSA PRE-FABRICADA PARA REJUNTAMENTO | KG | 0,2330 | 6,5700 | 1,5308 |
| | | | | Total: | 1,5308 |
| | | | | Total Simples: | 10,05 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 10,05 |

| | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| C0348 - BACIA DE LOUÇA BRANCA C/CAIXA ACOPLADA - UN | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro CREA/CE 321456
RNP 051528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|-------------|---|---------|--------------|-------------------|----------|
| 10043 | AJUDANTE DE ENCANADOR | H | 2,0000 | 19,1000 | 38,2000 |
| 12320 | ENCANADOR | H | 2,0000 | 23,4800 | 46,9600 |
| | | | | Total: | 85,1600 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 10171 | BACIA LOUÇA BRANCA PARA CAIXA ACOPLADA | UN | 1,0000 | 237,2400 | 237,2400 |
| 10406 | CAIXA ACOPLADA DE LOUÇA BRANCA PARA BACIA | UN | 1,0000 | 260,6300 | 260,6300 |
| 11091 | ENGATE CROMADO | UN | 1,0000 | 22,5900 | 22,5900 |
| 11180 | FITA DE VEDAÇÃO | M | 0,5600 | 0,3600 | 0,2016 |
| 11579 | PARAFUSO CROMADO P/FIXAÇÃO SANITARIOS, INCLUSIVE PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON | UN | 2,0000 | 9,4000 | 18,8000 |
| 11925 | TAMPA PLASTICA PARA BACIA | UN | 1,0000 | 36,9300 | 36,9300 |
| | | | | Total: | 576,3916 |
| | | | | Total Simples: | 661,55 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 661,55 |

| C1948 - PONTO HIDRÁULICO, MATERIAL E EXECUÇÃO - PT | | | | | |
|--|--------------------------------------|---------|--------------|-------------------|----------|
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 10043 | AJUDANTE DE ENCANADOR | H | 3,0000 | 19,1000 | 57,3000 |
| 12320 | ENCANADOR | H | 3,0000 | 23,4800 | 70,4400 |
| 12543 | SERVENTE | H | 2,5000 | 18,4600 | 46,1500 |
| | | | | Total: | 173,8900 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 10108 | AREIA GROSSA | M3 | 0,0035 | 119,5800 | 0,4185 |
| 10441 | CAL HIDRATADA | KG | 2,5000 | 0,9600 | 2,4000 |
| 10805 | CIMENTO PORTLAND | KG | 2,5000 | 0,7100 | 1,7750 |
| 10884 | COTOVELO PVC SOLDÁVEL DE 25MM | UN | 2,0000 | 0,7900 | 1,5800 |
| 10885 | COTOVELO PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UN | 4,0000 | 2,6500 | 10,6000 |
| 11293 | JOELHO PVC ROSCAVEL DE 1" | UN | 1,0000 | 5,9400 | 5,9400 |
| 11412 | LUVA PVC SOLDÁVEL DE 32MM | UN | 2,0000 | 2,1800 | 4,3600 |
| 11426 | LUVA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL DE 32X25MM | UN | 1,0000 | 3,3900 | 3,3900 |
| 11973 | TE PVC SOLDÁVEL 32MM | UN | 1,0000 | 4,1200 | 4,1200 |
| 12200 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 25MM (3/4") | M | 1,2000 | 4,3300 | 5,1960 |
| 12201 | TUBO PVC SOLDÁVEL DE 32MM (1") | M | 5,0000 | 8,5600 | 42,8000 |
| | | | | Total: | 82,5795 |
| | | | | Total Simples: | 256,47 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 256,47 |

C4926 - CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 50MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA) - UN

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI

OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos; Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|-------------|---|---------|--------------|-------------------|---------|
| 10043 | AJUDANTE DE ENCANADOR | H | 0,5000 | 19,1000 | 9,5500 |
| 12320 | ENCANADOR | H | 0,5000 | 23,4800 | 11,7400 |
| | | | | Total: | 21,2900 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 19407 | CAIXA SIFONADA PVC 150 X 150 X 60MM, ACABAMENTO BRANCO (GRELHA OU TAMPA CEGA) | UN | 1,0000 | 38,2700 | 38,2700 |
| | | | | Total: | 38,2700 |
| | | | | Total Simples: | 59,56 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 59,56 |

| C1279 - ESMALTE DUAS DEMÃOS EM ESQUADRIAS DE FERRO - M2 | | | | | |
|---|--------------------|---------|--------------|-------------------|---------|
| MAO DE OBRA | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| 10045 | AJUDANTE DE PINTOR | H | 0,8000 | 19,1000 | 15,2800 |
| 12395 | PINTOR | H | 0,8000 | 24,1600 | 19,3280 |
| | | | | Total: | 34,6080 |
| MATERIAIS | | | | | |
| 10035 | AGUARRÁS MINERAL | L | 0,0300 | 20,2900 | 0,6087 |
| 11100 | ESMALTE SINTETICO | L | 0,1600 | 31,8800 | 5,1008 |
| 11346 | LIXA PARA FERRO | UN | 0,3000 | 2,1400 | 0,6420 |
| 12293 | ZARCÃO | L | 0,1200 | 28,8100 | 3,4572 |
| | | | | Total: | 9,8087 |
| | | | | Total Simples: | 44,42 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 44,42 |

| C3410 - CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO - M2 | | | | | |
|---|---|---------|--------------|----------|----------|
| SERVIÇOS | | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
| C0055 | ALVENARIA DE EMBASAMENTO DE TIJOLO COMUM, C/ARGAMASSA MISTA C/ CAL HIDRATADA | M3 | 0,1800 | 833,8916 | 150,1005 |
| C1213 | EMBOÇO C/ ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:2:9 ESP.= 20mm P/ PAREDE | M2 | 0,5200 | 36,7058 | 19,0870 |
| C1609 | LASTRO DE CONCRETO INCLUINDO PREPARO E LANÇAMENTO | M3 | 0,0700 | 646,4578 | 45,2520 |
| C1915 | PISO CIMENTADO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4, ESP.= 1.5cm | M2 | 1,0000 | 50,8010 | 50,8010 |
| C2121 | REBOCO C/ARGAMASSA DE CAL EM PASTA E AREIA PENEIRADA TRAÇO 1:3 ESP=5 mm P/PAREDE | M2 | 0,5200 | 26,1194 | 13,5821 |
| C2784 | ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m | M3 | 0,1200 | 48,9190 | 5,8703 |
| C2898 | PINTURA HIDRACOR | M2 | 0,5200 | 11,3963 | 5,9261 |
| C2921 | REATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MATERIAL DA VALA | M3 | 0,1200 | 31,3820 | 3,7658 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9





PREFEITURA DE MAURITI



OBRA: RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

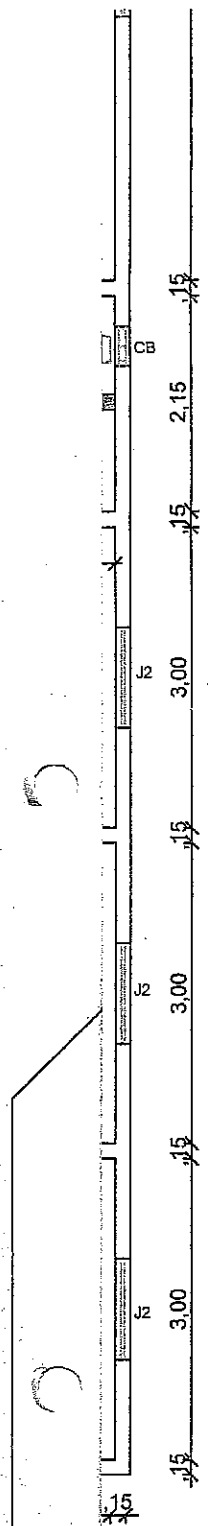
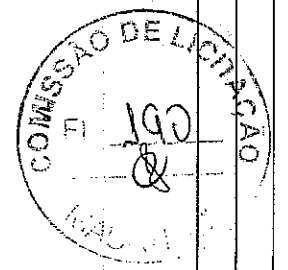
LOCAL: RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS - SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ.

COMPOSIÇÕES DO ORÇAMENTO

Tabela de Referência de Custos: Seinfra-CE 28.1 Com Desoneração

| | | | | | |
|--|--|--|--|-------------------|----------|
| | | | | | |
| | | | | Total: | 294,3848 |
| | | | | Total Simples: | 294,38 |
| | | | | Encargos Sociais: | INCLUSO |
| | | | | Valor BDI: | 0,00 |
| | | | | Valor Geral: | 294,38 |

Emerson Patrick Alves Martins
Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
RNP 061528971-9



LEGENDA

| | |
|--|--------------------------|
| | ALVENARIA À DEMOLIR |
| | PISO CERÂMICO À EXECUTAR |
| | CALÇADA À EXECUTAR |

LEGENDA

P1 = 0,80 x 2,10
 P2 = 1,50 x 2,10
 P3 = 2,00 x 2,10
 P5 = 1,00 x 2,10
 C4 = 0,50 x 1,20
 J1 = 0,80 x 1,10
 J2 = 1,0 x 1,10
 CB = 0,40 x 0,30
 GFD = 3,65 x 2,20
 P4 = 0,60 x 2,10

Emerson Patrick Alves Martins
 Engenheiro Civil - CREA/CE 321456
 RNP 061528971-9

NOTAS

- COTAS EM METROS;
- COTAS DE NÍVEL EM MEIROS;
- CONFERIR MEDIDAS, ABERTURAS, NÍVEIS E PRUMOS NO LOCAL;
- MEDIDAS EM COTAS PREVALECEM SOBRE O DESENHO;
- ESSE DESENHO DEVE SER IMPRESSO COLORIDO.

| | | | |
|--------------|----------------|---------------|----------|
| DATA | PROJETO | DESENHO | ESCALA |
| MAIO DE 2024 | ALPHA PROJETOS | JADER MACHADO | INDICADA |

OBJETO
 RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS

PROPRIETÁRIO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI - CEARÁ

ENDEREÇO/OBRA
 RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI - CEARÁ

ASSUNTO:
ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:

- PLANTA BAIXA
- LEGENDA
- PLANTA DE COBERTA

FRANCHA:
01/01

PROJETO DESENVOLVIDO POR:

ALPHA
 PROJETOS DE ENGENHARIA
 CNPJ: 44.608.778/0001-53
 RODOVIA DE-293, KM 18 CONJ. CAFÉ DA LINHA GALPÃO 01,
 ZONA RURAL, ABAJARA-CE TELEFONE: (88) 88842-6488

PREFEITURA DE MAURITI
 CEARÁ

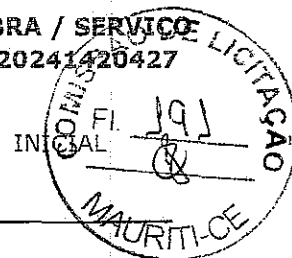


Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20241420427

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



1. Responsável Técnico

EMERSON PATRICK ALVES MARTINS

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, MBA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, ESPEC. EM ENGENHARIA DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS, ESPEC. EM GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

RNP: 0615289819
Registro: 321456CE

Empresa contratada: ALPHA PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA EPP

Registro : 0010495347-CE

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE.

CPF/CNPJ: 07.655.269/0001-55

AVENIDA BURITI GRANDE

Nº: Nº 55

Complemento:

Bairro: SERRINHA

Cidade: Mauriti

UF: CE

CEP: 63210000

Contrato: 2022.03.15.(01 A 04)

Celebrado em: 15/03/2022

Valor: R\$ 5.000,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS

Nº: S/Nº

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: MAURITI

UF: CE

CEP: 63210000

Data de início: 02/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: 07°23'14.06"S, 38°46'15.19"W

Finalidade: Infraestrutura

Código: Não Especificado

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE.

CPF/CNPJ: 07.655.269/0001-55

4. Atividade Técnica

| | Quantidade | Unidade |
|---|------------|---------|
| 14 - Elaboração | | |
| 80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.4 - EM MATERIAIS MISTOS | 1,00 | un |
| 35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO > #1.1.2.4 - EM MATERIAIS MISTOS | 1,00 | un |

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE PROJETO E ORÇAMENTO DA RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CREAS (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL), COM LOCALIZAÇÃO NA RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS, SEDE DO MUNICÍPIO DE MAURITI-CEARÁ.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Emerson Patrick Alves Martins

EMERSON PATRICK ALVES MARTINS - CPF: 044.532.513-51

_____ de _____ de _____

Local

data

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE. - CNPJ: 07.655.269/0001-55

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 99,64

Registrada em: 23/05/2024

Valor pago: R\$ 99,64

Nosso Número: 8217076448

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 398aw
Impresso em: 29/07/2024 às 13:38:51 por: , ip: 200.77.180.254





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI
Secretaria de Proteção Social e do Trabalho



ANEXO II
MINUTA DA PROPOSTA



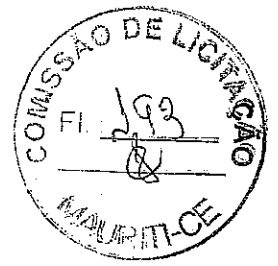
Rua José Leite da Costa, 619 - Bairro Serrinha - CEP: 63.210-000 -
Mauriti - Ceará, CNPJ: 13.637.826/0001-08

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"
www.mauriti.ce.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI
Secretaria de Proteção Social e do Trabalho



MODELO MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI-CE.

Ao Setor de Licitação

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

Representante:

Cargo:

E-mail:

Tel:

Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto da Dispensa de Licitação nº. _____, com o PREÇO GLOBAL de R\$ _____ (_____).

OBJETO: _____

Prazo de Execução: Conforme Termo de Referência.

A proposta terá validade por 60 (sessenta) dias.

Obs.: Anexar planilha orçamentária/cronograma/composições conforme Projeto Básico (Anexo II do Termo de Referência)

_____/CE, XX de XXXXXXXXXXXX de 2024.

Responsável Legal



Rua José Leite da Costa, 619 - Bairro Serrinha - CEP: 63.210-000 -
Mauriti - Ceará, CNPJ: 13.637.826/0001-08

"O USO DE DROGAS PREJUDICA A SAÚDE E DESTRÓI A FAMÍLIA"
www.mauriti.ce.gov.br

